



formasse Homens, em corpo e espírito, e de que viessem a beneficiar - pelo menos a geração vindoura.

2º - Fernando M. da Silva Marques que, referindo-se ao trabalho da relatoria, objectou não ter ela focado em concreto as relações que na Universidade deveria haver entre a Igreja e o Estado, nem evidenciado as vantagens e desvantagens das soluções propostas.

Pedia assim esclarecimentos.

3º - José Fernandes Jardim que perguntou: "Se o espírito do nosso congresso é o restabelecimento de Perda de Bristã na Universidade, que importa seja a Universidade do Estado ou da Igreja, no caso daquele estabelecer os programas de acordo com a ortodoxia da Igreja e ministrar os mesmos ensinamentos do que está?"

4º - Maria Inamela da Silva que disse não constituir solução para o problema universitário a criação de cadeiras de cultura ~~estipendadas~~ <sup>estipendadas católicas</sup> nas universidades do Estado, até porque comportaria o risco de, com o correr do tempo, ser adulterada a orientação católica das referidas cadeiras.

De resto não constituía resolução ainda porque: "a) Se a Universidade é vida, como pode a criação de novas cadeiras assegurar por exemplo uma vida comunitária autêntica?" b) Intensa a integração do pensamento católico no "todo" universitário.

É simples criação de novas cadeiras não preenche esta necessidade; pois importa que as cadeiras não apareçam desligadas no seu conjunto. Só uma Universidade Católica permite realizar uma síntese completa do saber a terminar numa abordagem final - a Teologia.

5º - José M. Pinto Boreia que afirmou ser incompleta uma formação ideologicamente neutra e igualmente que a justa posição de cadeiras era insuficiente para resolver o problema.





Para fundamentar estas afirmações recorreu 'a encíclica Divini Illius Magistri."

Insistiu depois na necessidade de uma atitude confessional, ainda mesmo no ensino das ciências profanas e afirmou que em Portugal, país essencialmente católico, essa atitude só podia ser uma - a católica.

Concluiu<sup>2)</sup> defendendo uma atitude confessional da Universidade do Estado;<sup>3)</sup> pedindo aos professores católicos uma orientação católica na ciência que ensinam e exigindo a preparação dos mesmos professores com vista a este fim;<sup>4)</sup> Focando ainda o problema apostólico que estas exigências levantam até ao conseguir e para se conseguir os objectivos apontados.

6.º - Luis Manuel Basarboza que declarou "a fundar institutos católicos anexos às universidades, ter-se-ia de montar bastantes institutos não só pelas faculdades estarem muito distantes umas das outras (não há uma cidade de universidade), mas também por incompatibilidades de horários." Nestas condições, concluiu, mesmo economicamente, é mais vantajosa a fundação de uma Universidade Católica, portanto independente e não só de faculdades de Teologia e Filosofia mas de outras mais.

7.º - Maria Bonciçãb L. de Almeida Ferro que achando embora preferível a solução "Universidade Católica" defendeu a utilidade de cadeiras de cultura superior católica nas Universidades do Estado, emquanto a primeira não surgisse e, mesmo depois, coexistindo com ela. Exemplificou com o caso do S. S. S. em que, a par das cadeiras de formação técnica, há também cadeiras de formação religiosa.

8.º - João Alvaro que defendeu o contributo económico dos universitários católicos e dos católicos portugueses para a Universidade Católica.

Depois frisou a deficiência dos professores (principalmente em Filosofia e História), incluindo os católicos, salvo hon-



ras excepções, e apontou as causas disse mal: "total falta de cultura bíblica; ignorância resultante da falta de contacto com os pensadores católicos excepto Santo Agostinho e São Tomás.

Em seguida focou e lamentou a falta de apoio que sentem os estudantes católicos de boa vontade, quando querem adquirir uma cultura superior católica.

9.º - Manuel Paulo Marques que considerando a impossibilidade prática de criar imediatamente uma Universidade Católica que abrangesse todos os cursos, nomeadamente aqueles de maior projecção na vida civil, embora reconhecendo a sua necessidade e o seu valor, preconizou a criação, para já, de uma Universidade Católica compreendendo faculdades de Teologia e Filosofia, Instituto Superior de Estudos Sociais, com institutos anexos complementares de investigação das ciências Biológicas e outras. Progressivamente outras faculdades e institutos seriam anexados de maneira a obter-se uma Universidade Católica completa. Portanto ~~propõe~~ ~~criação~~ ~~fundada~~ a criação de uma Universidade Católica que abranja pelo menos os cursos não professados nas Universidades do Estado.

10.º - Padre António Augusto de Aguiar que considerando tudo o que se tinha dito na sessão perguntou: "porque não se cria e quando se cria a Universidade Católica em Portugal?" Teve depois esclarecimentos sobre este assunto. Defendeu a frequência dos estudantes das várias faculdades a cadeiras de cultura religiosa, como apolojética, já existentes no P. S. S.

Entra ainda a necessidade de apoio moral e económico para os que hão de constituir o escol que deve orientar a cultura superior católica.

Para este fim declarava-se solidário com a corrente que no congresso preconizava a criação de colégios maiores.

11.º - António J. Bispo que marcou a necessidade de formação pedagógica dos professores de Religião e Moral,





utilizando métodos modernos como o da "Escola Activa ou de trabalho" preconiza na projectada Universidade Católica um curso de ciências pedagógicas de frequência obrigatória para os professores de Religião e Moral, tanto sacerdotes como leigos.

Em seguida o Presidente deu a palavra ao Senhor Arcebispo de Milhene que a título de explicações e em resposta à pergunta do Sr. Aguiar disse: A Universidade Católica está desde há muito no pensamento do Episcopado como solução imediata, todavia, que aliás está mais próxima do que se pode julgar, (o que pediu não fosse publicado) pensa-se na criação dum Instituto ou Centro de altos estudos católicos.

As razões que impediam até agora a criação desse Instituto e as que impedem ainda a da Universidade Católica são de ordem variadíssima, em especial, falta de Padres competentes que têm sido reclamados por ~~Fundação~~ ~~Ordem~~ ~~Ordem~~ ~~Apostólica~~ ordem apostólica.

Quida a explicações do Senhor Arcebispo, o Sr. Presidente voltou a conceder a palavra aos congressistas.

Assim surgiam várias intervenções.

A primeira objectou-se com os inconvenientes que adviriam para o apostolado nas Universidades Católicas do Estado, da "emigração" dos Jesuítas para a Universidade Católica.

Depois, a congressista Poémia A. A. Portugal para corroborar a utilidade da coexistência da U. Católica com as Universidades do Estado quando confessionais de orientação católica, trouxe à assembleia o exemplo que, embora no campo oposto, nos dá os russos comunistas. Assim, ao lado do tipo vulgar da sua Universidade do Estado, confessionalmente atea mantém ainda uma outra universidade de preparação de um es-  
côl especial, e chamada expressamente do "sem Deus"



Numa última intervenção, um congressista apoiou a introdução de cadeiras de cultura superior católica nas universidades do Estado apontando contudo o carácter não obrigatório que deviam revestir, pois em caso contrário arriscavam-se, pelo menos, nesses primeiros tempos, a provocar uma reacção desfavorável e prejudicial.

Marcou depois a necessidade de despertar a consciência e o interesse do universitário católico, indispensáveis para o êxito destas iniciativas. Exemplificou neste sentido, com a lamentável falta de frequência que se tem registado nas cadeiras de cultura religiosa que o I. S. S. tem oferecido a quanto universitários desejem aproveitar o ensino nelas ministrado.

Por fim, o Presidente concedeu a palavra à relatora para responder às objecções dos congressistas.

A relatora, considerando, seguidamente, que algumas dessas objecções tinham já obtido resposta no decorrer das intervenções, limitou-se a dizer que o futuro entender careciam de esclarecimento:

— Quanto aos Institutos constituírem uma sobre carga económica para a Igreja e para o Estado, concordava, até porque — disse — embora a eles se tivesse referido, como solução possível, preferia a inclusão de cadeiras de cultura católica nas universidades do Estado justamente pela razão apontada.

— Quanto a uma possível deturpação da orientação católica primitivamente imprimida a essas cadeiras, disse nada haver a recear, visto que ficariam entregues à inteira responsabilidade da Igreja.

— Quanto às deficiências apresentadas pelas cadeiras de Moral e Religião nos liceus e às conclusões que daí se pretendia tirar, relativamente ao problema universitário, declarou ser essencialmente diverso deste o problema liceal. Neste tem que se tomar em grande consideração a instabilidade do escolar devidas à idade crítica que





atravessa; naquele, o problema base, seria o do interesse ou desinteresse de um estudante mais consciente e amadurecido.

— Quanto ao afastamento completo entre católicos e não católicos pela criação da Universidade Católica, a relatora explicou que, com esta, se pretendia a formação de um escol e não a "emigração" em massa dos católicos das Universidades do Estado.

— Quanto ao facto de ser desnecessária a Universidade Católica, coexistente com uma Universidade do Estado de orientação católica, disse que esta, nunca poderia desempenhar cabalmente a missão daquela até porque não se podia, dada a liberdade de ensino, exigir que todo professor da Universidade do Estado fosse católico.

— Quanto às concretizações pedidas acerca das relações do Estado e da Igreja na Universidade, a relatora disse que na Universidade do Estado as cadeiras de formação superior católica ficariam de inteira responsabilidade da Igreja, a U. Católica sendo livre, seria também, e de sua inteira responsabilidade da Igreja.

O Presidente tomou depois a palavra e, tendo focado o facto de o homem estar situado no ponto de intercepção de duas sociedades, a civil e a religiosa, votou:

- 1.ª - Pela criação da Universidade Católica como a forma mais completa da presença da Igreja no ensino superior
- 2.ª - Pela criação de cadeiras de cultura religiosa superior na Universidade do Estado.

Trison finalmente a necessidade de não nos limitarmos a reformas formais, mas de a Igreja estar sempre presente na Universidade, através dos professores e estudantes católicos, e de se criar um movimento de opiniões, tendente a secundar todos estes esforços.

Terminou dando a palavra ao Rev.º Dr. Rodrigues que se congratulou com a maneira elevada como a sessão decorreu e, depois de ter agradecido a presença honrosa do Senhor Arcebispo de Mitilene, deu graças a Deus por tudo.



Rezada em vão uma oração final o Presidente encerrou a sessão.

Lisboa 18 de abril de 1953

Do secretário  
Maria Joana Ribeiro de Miranda.

( Fundação Família Vieira )

Fundação Cuidar o Futuro